



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008387-45.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Rosana Aparecida Jorge Lorenzi e outro**
 Embargado: **Raízen Combustíveis S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Trata-se de embargos de terceiro opostos por JOSÉ ANTONIO DA SILVA LORENZI e ROSANA JORGE LORENZI em face de RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A.

Aduzem os embargantes, em síntese, que nos autos de cumprimento de sentença nº 1007646-73.2015.8.26.0566/01, foi penhorado o imóvel matriculado sob o nº 65032, constituído de um lote de terreno, sem benfeitorias, situado nesta cidade de São Carlos, tratando-se de parte do lote nº 336, perfazendo uma área de 180 m2. Todavia, o referido imóvel já foi objeto de penhora anterior por parte dos embargantes há mais de dois anos, sendo de conhecimento da embargada desde 2016. A mencionada penhora ocorreu nos autos do processo nº 0025155-39.2012.8.26.0566, que tramitou pela 3ª Vara Cível. Em 04.05.2017 houve o registro da escritura do imóvel, razão pela qual a penhora realizada nos autos de cumprimento de sentença nº 1007646-73.2015.8.26.0566/01 deve ser levantada, uma vez que os embargantes são os legítimos proprietários e possuidores do imóvel.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A embargada, em contestação de fls. 63/72, requereu a rejeição dos embargos, alegando, em síntese: a) que a aquisição do imóvel penhorado ocorreu em flagrante e inequívoca fraude à execução; b) a embargada promoveu a averbação da penhora junto à matrícula do imóvel anteriormente à averbação de compra e venda, embora as averbações tenham ocorrido na mesma data (fls. 21/23); c) os executados não possuem outros bens passíveis de penhora e aptos a garantir o pagamento da integralidade do crédito da embargada, configurando o disposto no art. 792, IV, do NCPC; d) a aquisição do imóvel por parte dos embargantes se deu em uma audiência ocorrida em 22.02.2017 junto à 3ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, configurando a má-fé dos embargantes e dos executados, pois todos tinham conhecimento da efetivação da penhora nos autos do cumprimento de sentença que tramitava por este juízo; e) cientes da penhora ocorrida nos autos de cumprimento de sentença, os embargantes e os executados, em conluio, requereram a designação de audiência nos autos da ação de execução que tramitava pela 3ª Vara Cível local e realizaram acordo em 22.02.2017, data posterior à penhora ocorrida nos autos do cumprimento de sentença; f) assim, os embargantes e os executados burlaram a instalação do necessário concurso universal em caso de venda judicial do bem.

Réplica de fls. 160/166.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do NCPC, tratando-se de matéria de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas além das documentais já colacionadas aos autos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A penhora que os embargantes pretendem seja levantada ocorreu nos autos da ação de rescisão contratual c.c. perdas e danos, em fase de cumprimento de sentença (**processo 1007646-73.2015.8.26.0566/01**), movido pela embargada RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A em face de AUTO POSTO A1 – COMÉRCIO DE DERIVADO DE PETRÓLEO LTDA., SANDRA MARIA LONGUINI TORINO e ERALDO VALENTIM ACCIARI JUNIOR, distribuída em 28.07.2015.

A sentença foi proferida em 06.10.2015, julgando procedentes os pedidos, declarando rescindidos o contrato e o termo aditivo e condenando os réus: a) a se absterem de usar a marca, manifestação visual e o nome comercial da autora; b) ao pagamento de indenização no valor de R\$ 443.440,17.

Os réus apresentaram recurso de apelação e por meio de acórdão proferido em 02.03.2016, transitado em julgado em 28.03.2016, foi negado provimento ao recurso, mantendo-se a sentença.

A embargada requereu o cumprimento da sentença por meio de petição datada de 25.04.2016. Os executados apresentaram impugnação ao cumprimento de sentença por meio de petição protocolada em 24.06.2016.

Decisão proferida em 11.08.2016 rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença.

Em 19.09.2016 a embargada requereu a penhora do imóvel objeto dos presentes embargos.

Em 27.10.2016 foi lavrado termo de penhora.

Em 18.04.2017 a embargada prenotou a averbação da penhora junto à matrícula do imóvel e, na mesma data, houve o registro da compra e venda celebrada entre os embargantes e os executados (fls. 21/23).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os embargantes JOSÉ ANTONIO DA SILVA LORENZI e ROSANA JORGE LORENZI eram também credores dos executados ERALDO VALENTIM ACCIARI JUNIOR e SANDRA MARIA LONGUINI TORINO, nos autos da ação de execução que tramitou pela 3ª Vara Cível da Comarca de São Carlos (processo 0025155-39.2012.8.26.0566), distribuída em 17.12.2012 (fls. 24).

Em 22.02.2017, os embargantes e os executados celebraram acordo naqueles autos de execução, ocasião em que os executados deram em pagamento da dívida, em favor dos embargantes, dois imóveis, um dos quais o imóvel matriculado sob o nº 65032, objeto destes embargos (fls. 149).

Em 15.04.2017, os executados ERALDO VALENTIM ACCIARI JUNIOR e SANDRA MARIA LONGUINI TORINO celebraram a escritura pública acerca do acordo realizado nos autos da execução que tramitava junto à 3ª Vara Cível (fls. 17/20), **declarando que os imóveis encontravam-se livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais (fls. 18).**

Por ocasião do acordo, todavia, já tramitava o cumprimento de sentença em face dos executados, iniciado em **25.04.2016**, ou seja, **um ano antes do acordo** e, portanto, era de pleno conhecimento, tanto dos embargantes, quanto dos executados, a existência do cumprimento de sentença que tramitava por este juízo.

A ciência dos embargantes quanto ao trâmite do cumprimento de sentença em face dos executados é inequívoca, tendo em vista que, inclusive, apresentaram petição nos autos do cumprimento de sentença por meio de petição protocolada em **25.11.2016** (fls. 150). Após essa data, os embargantes e os executados requereram a realização de audiência de conciliação junto à

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

3ª Vara Cível local, que foi designada para **22.02.2017**, ocasião em que celebraram acordo por meio do qual os executados deram em pagamento da dívida aos embargantes dois imóveis, um dos quais o imóvel objeto destes embargos, caracterizando visivelmente a fraude à execução.

O art. 792, III, do NCPC, estabelece que a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.

Com o acordo realizado junto à 3ª Vara Cível, os executados esvaziaram seu patrimônio, razão pela qual de rigor o reconhecimento da fraude à execução.

Importante consignar que por ocasião do acordo, os embargantes e os executados omitiram-se àquele juízo acerca da existência do cumprimento de sentença contra os executados.

Por fim, mas não menos importante, com o acordo celebrado perante a 3ª Vara Cível, os executados e os embargantes burlaram o necessário concurso de credores por ocasião da futura alienação.

Muito embora a penhora lavrada junto à 3ª Vara Cível tenha ocorrido em momento anterior à penhora levada a efeito nos autos de cumprimento de sentença que tramitam por este juízo, os embargantes não cuidaram de averbála na matrícula do imóvel, não sendo oponível a terceiros.

O art. 908 do NCPC reza que, havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências.

O concurso de credores se estabelece, portanto, observando a ordem de preferência, ou seja, as averbações realizadas anteriormente têm preferência sobre as posteriores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido: “EXECUÇÃO - Decisão que indeferiu o pedido de adjudicação do imóvel penhorado ao exequente – Insurgência – Apesar da averbação premonitória, deve ser observado o concurso singular de credores para que seja declarada a ordem das preferencias – Ademais, cabe ao adjudicante efetuar o depósito do valor da avaliação em juízo para assegurar o concurso de credores - Decisão mantida - Recurso não provido (TJSP; Agravo de Instrumento 2240095-98.2016.8.26.0000; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 14ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/01/2017; Data de Registro: 11/01/2017).”

Importante consignar que a embargada prenotou a averbação da penhora antes de qualquer ação por parte dos embargantes, seja com relação à averbação de eventual penhora ocorrida nos autos da ação de execução que tramitava pela 3ª Vara Cível, seja pela compra e venda, que ocorreu posteriormente à averbação da penhora, embora averbados na mesma data (fls. 21/23), tendo, portanto, preferência sobre os embargantes.

De rigor, portanto, a rejeição dos embargos, tendo em vista a ocorrência de fraude à execução.

Por todo o exposto, REJEITO os embargos de terceiro, reconhecendo a ocorrência de fraude à execução, devendo o cumprimento de sentença prosseguir em seus ulteriores termos.

Sucumbentes, condeno os embargantes ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atribuído à causa.

Publique-se. Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 24 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**